

Os impactos Programa Residência Pedagógica em Música em uma escola de educação básica: uma pesquisa em andamento

Comunicação

*Débora Santos Porta Calefi Pereira
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Programa de Pós-Graduação em Música (PMU)
dehcalefi@gmail.com*

*Cássia Virgínia Coelho de Souza
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Programa de Pós-Graduação em Música (PMU)
cvcoelhosouza@gmail.com*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo identificar e compreender os impactos da realização do subprojeto “Música” do Programa Residência Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em seu contexto de prática e como esses impactos foram caracterizados pelo programa. A pesquisa de mestrado está se realizando com o referencial da Abordagem Ciclo de Políticas (policy cycle approach), desenvolvida pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores, que apresenta a noção de política como um ciclo contínuo composto por diferentes contextos que se inter-relacionam formando a política. A pesquisa ainda se encontra em fase de coleta de dados. Neste artigo, apresento os procedimentos metodológicos adotados, assim como os seus pressupostos teóricos. Trago, também, comentários acerca dos dados já coletados. Com a realização desta pesquisa, espero contribuir para a reflexão sobre o que o Programa Residência Pedagógica em Educação Musical representou para o ensino de música e o contexto da escola em que foi realizado.

Palavras-chave: Programa Residência Pedagógica, Educação Musical, Educação Básica.

Introdução

O presente texto é parte de uma pesquisa de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Estadual de Maringá (UEM), cujo objetivo inicial é identificar e compreender os impactos da realização do subprojeto “Música” do Programa Residência Pedagógica (UEM) em seu contexto de prática. Instituído em fevereiro de 2018, o Programa Residência Pedagógica (PRP) é uma das ações que integram a Política Nacional de

Formação de Professores (2009). Articulado aos demais programas da Política Nacional, o PRP busca aperfeiçoar a formação prática dos cursos de licenciatura, assegurando a seus alunos a oportunidade de desenvolver habilidades e competências para realizar um trabalho de qualidade em escolas da Educação Básica. Para isso, promove uma imersão do licenciando na escola, imersão esta que não compreende apenas a sala de aula, mas atividades diversificadas do cotidiano escolar, nos seus diferentes setores: desde o funcionamento da cantina, biblioteca, secretaria, até reuniões pedagógicas e conselhos de classe.

O PRP se desenvolve em escolas públicas de educação básica, denominadas no Edital n. 6/2018 (CAPES, 2018) de “escola-campo”, a partir de subprojetos submetidos pelas Instituições de Ensino Superior em diferentes áreas de conhecimento do componente curricular das escolas de educação básica.

No caso de propostas na modalidade Música, os subprojetos puderam ser submetidos no componente curricular Arte. Isso porque, conforme o disposto na lei 11.769/2008 e 13.278/2016, nas escolas de educação básica o ensino de Música está inserido na disciplina Arte como conteúdo obrigatório, porém não exclusivo.

De agosto de 2018 a janeiro de 2020, participei desse programa atuando como professora preceptora da escola-campo e, também, como orientadora da IES, devido aos dois contratos de trabalho junto ao Governo do Estado do Paraná; no sistema de Educação Básica e no Ensino Superior. O subprojeto Música, que participei, foi proposto pelo Curso de Graduação em Música - Habilitação Licenciatura em Educação Musical – da UEM. Foi realizado no Colégio Estadual do Jardim Independência, localizado no município de Sarandi-PR, no qual sou a única professora efetiva da disciplina Arte com formação em Música.

Sediar o subprojeto “Música” do PRP representou um momento significativo para o colégio, sobretudo pelo fato de que a maior parte dos professores da disciplina e a atuação dos mesmos têm sido em Artes Visuais. Os residentes atuaram em quase todas as turmas regulares e, também, em contexto extraclasse, alcançando uma dimensão relevante. Dessa forma, não somente houve uma imersão dos residentes na escola, mas também um amplo envolvimento da escola com o projeto em desenvolvimento.

A oportunidade de atuar nos diferentes níveis de ensino que se articulam nesse

programa, além de crescimento profissional, me suscitaram reflexões acerca dessa relação entre universidade e escola. Pois, apesar dessa política ter como principal perspectiva a formação de professores para atuar na educação básica, percebi que o PRP pode ser formativo e transformador para o contexto em que se efetiva: a escola-campo.

Sendo assim, cabe refletir: o que a realização de um programa como esse pode promover no contexto de ensino em que se efetiva? Quais efeitos a atuação simultânea de diferentes professores de Música causou no colégio? Poderá haver mudanças nas concepções da comunidade escolar acerca do ensino de música? Isso pode contribuir para o desenvolvimento do ensino de música na escola? De que forma?

Tais reflexões me conduziram ao seguinte problema de pesquisa: quais foram e como se estabeleceram os impactos do subprojeto “Música” do Programa Residência Pedagógica (UEM) em seu contexto de prática?

Esse estudo irá analisar o subprojeto “Música” do PRP a partir da Abordagem Ciclo de Políticas (policy cycle approach), desenvolvida pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores, que é a teoria mais adequada de compreensão da proposta. Essa abordagem introduz “a noção de um ciclo contínuo de política, objetivando atrair a atenção para a recontextualização política que transita pelas escolas” (WOLFFENBÜTTEL e RAMOS, 2016, p. 333). Esse ciclo é composto por diferentes contextos que se inter-relacionam e constituem a política. São eles: contexto de influência; contexto do texto político; contexto da prática; contexto dos efeitos e contexto de estratégia política.

A pesquisa tem como foco o contexto da prática, mas considera os demais como interligados a esse, de acordo com a perspectiva da abordagem de Ball. Portanto é necessário considerá-los para uma análise e compreensão consistente.

A pesquisa ainda se encontra em fase de coleta de dados. Neste artigo apresento os procedimentos metodológicos adotados até o momento, assim como os seus pressupostos teóricos. Trago, também, comentários acerca dos dados já coletados.

Educação Musical e políticas educacionais

Muitas são as expectativas para o ensino de Música nas escolas, sendo necessário criar uma rede de colaboração mútua, em que possamos superar as distâncias entre as

ambições teóricas e a realidade concreta da escola.

Nesse processo, a união entre a universidade e a escola é fundamental. Somente com a cooperação e participação mútua, sem verticalização ou hierarquização dos saberes, poderá haver um encontro autêntico entre dois mundos, formando uma comunidade de aprendizagem e de formação, “e não meras reproduções de uma ‘teoria vazia’, que tantas vezes marca o pensamento universitário, ou de uma ‘prática vazia’, infelizmente tão presente nas escolas” (NÓVOA, 2017, p. 1117).

Tem-se como pressuposto que programas como a Residência Pedagógica oportunizam a aproximação entre universidade e escola e podem ser significativos no desenvolvimento dessa parceria. Isso porque o programa pode ser importante não apenas para a formação inicial de professores, ao aproximá-los de um contexto de ensino, mas também para as escolas, ao oportunizar momentos para ressignificar, refletir e fundamentar suas práticas à luz de conhecimentos científicos.

Contudo, é importante considerar que “leis e propostas oficiais não têm o poder de, por si mesmas, operar transformações na realidade cotidiana das salas de aula” (PENNA, 2004, p. 15). No entanto, a reflexão e análise destes discursos, além de nos permitir compreender as concepções educacionais e políticas que delineiam o nosso contexto de atuação, podem nos servir “como base de propostas, reivindicações e construção de alternativas” (PENNA, 2004, p. 15) para aprimorar a nossa prática.

Além das questões políticas, predeterminações de documentos e leis educacionais, sabemos que, na prática escolar, a efetivação do ensino de Música depende de diversos outros fatores. De acordo com Penna (2008), podemos apresentar alguns destes fatores como as contratações de professores com formação específica em Música ou não; a realização e/ou cobrança do trabalho polivalente na disciplina Arte, ou até mesmo a cobrança por um trabalho reducionista às Artes Visuais por parte da equipe pedagógica.

Queiroz e Penna (2012), alertam que uma das maneiras de enfrentar os desafios e dificuldades é participando “de discussões, análises e ações que transcendem o campo específico do conhecimento musical” (QUEIROZ e PENNA, 2012, p. 93). De acordo com os autores, para que a educação musical tenha um papel mais efetivo na educação básica, além de uma legitimação epistêmica, metodológica e formativa, também necessitamos de uma

legitimação política, pois

fica evidente que um ponto fundamental para o fortalecimento e até mesmo a sobrevivência desta área [educação musical], é sua inserção no âmbito das políticas públicas educacionais, que regulamentam, definem e fomentam a educação no país (QUEIROZ e PENNA, 2012, p. 93).

Beineke (2004) argumenta que o educador musical deve ter uma atuação crítica na escola, que vai além da sala de aula, para que assim possa promover mudanças em seu contexto de ensino, envolvendo toda a comunidade escolar. A autora chama a atenção para o fato de que “As relações que construímos com a escola, ou que deixamos de construir, é também a política pública que estamos ajudando a concretizar” (BEINEKE, 2004, p. 40).

Partindo da perspectiva de que o PRP é um programa de políticas educacionais que pode se constituir em um espaço de atuação da Educação Musical nas escolas, é importante compreendê-lo como “um processo que atende às necessidades de consolidação e expansão da nossa área” (QUEIROZ e PENNA, 2012, p. 102).

O estudo de políticas educacionais e a Abordagem Ciclo de Políticas

A política educacional é um campo de conhecimento específico formado por conhecimentos especializados. Dessa forma, também “trata-se de um campo que possui modelos analíticos e abordagens metodológicas próprias” (MAINARDES, 2018, p. 191). Para o autor, o objeto de estudo da política educacional é essencialmente a análise das políticas educacionais formuladas pelo Estado, em esfera federal, estadual ou municipal. Tais análises compreendem tanto estudos teóricos, quanto estudos com base empírica e precisam ser realizadas com rigor epistemológico e metodológico.

Nesse sentido, Mainardes (2018) nos apresenta as dimensões desse objeto de estudo:

a análise do processo de formulação de políticas; o conteúdo propriamente dito da política ou do programa (discurso da política); os processos de “implementação”, tradução e interpretação da política ou programa no contexto da prática (escolas, salas de aula, etc); a avaliação de políticas, que pode abranger análise de resultados e consequências. (MAINARDES, 2018, p. 189)

Compreendendo o PRP situado no campo de estudos da política educacional,

entende-se que a análise do mesmo abrange tais dimensões. Como um programa instituído a partir do Plano Nacional da Educação e da Política Nacional de Formação de Professores, o PRP possui toda uma trajetória desde sua elaboração até sua implementação e resultados. O seu processo de estudo e compreensão configura-se em algo complexo, em que “o material, o estrutural e o relacional precisam ser incorporados na análise de políticas, a fim de compreender melhor atuações de políticas no âmbito institucional” (BALL et al, 2016, p. 37).

A política é entendida aqui não apenas como um fato, mas como um processo (LENDVAI e STUBBS, 2012, p. 12). Trata-se de uma concepção mais social da política, em que a preocupação não é apenas compreender **o que** a política significa, mas também **como** ela cria significados. “A política não é ‘feita’ em um ponto no tempo; em nossas escolas é sempre um processo de ‘tornar-se’, mudando de fora para dentro e de dentro para fora” (BALL et al, 2016, p. 15).

Essa perspectiva acompanha a Abordagem Ciclo de Políticas (*policy cycle approach*), do sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores, desenvolvida no final da década de 1980 e início da década de 1990. A teoria se originou a partir de uma pesquisa sobre a reforma educacional e implementação de um currículo nacional inglês, em 1988 (MAINARDES, 2018, p.3).

De acordo com Mainardes e Marcondes (2009), Ball pode ser considerado um dos mais eminentes pesquisadores da área de política educacional na atualidade, sendo que suas pesquisas “oferecem interessantes recursos intelectuais que permitem compreender como as políticas são produzidas, o que elas pretendem e quais os seus efeitos” (MAINARDES e MARCONDES, 2009, p. 303).

Ball compreende a política educacional como um ciclo contínuo composto por diferentes contextos, sendo eles: contexto de influência; contexto do texto político; contexto da prática; contexto dos efeitos e contexto de estratégia política. Desses, os três primeiros são os principais e os primeiros a serem abordados por Ball e colaboradores. À medida que a teoria se desenvolveu, Ball expandiu o ciclo de políticas e acrescentou os dois últimos contextos mencionados.

O contexto de influência é onde se inicia a política, onde se forma o discurso que será a base da mesma, que define o que se pretende com aquela política, normalmente a

partir da discussão entre grupos de interesse. Já o contexto do texto político se refere a política de fato, são os documentos legais ou oficiais, as leis, editais e portarias. Textos esses que são passíveis de interpretação e ressignificação. O contexto de prática é o concreto, o ambiente onde a política se efetivará, considerando os sujeitos que atuarão nela e as condições materiais, onde, inclusive, pode haver adaptações do texto político de acordo com a realidade específica (MAINARDES, 2006).

Por fim temos os dois últimos contextos. Mais inter-relacionado ao contexto da prática, o contexto dos efeitos são os resultados e ações geradas a partir da efetivação da política em uma realidade. São os seus impactos e resultados no contexto prático. Já o contexto da estratégia política envolve “a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas necessárias para o trato com as desigualdades originadas pela política em estudo” (WOLFFENBÜTTEL, 2016, p. 5).

Importante ressaltar que

Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (MAINARDES, 2018, p. 3).

Tem-se como foco o contexto de prática do subprojeto “Música” partindo do pressuposto que é ali “onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde ela produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (MEINARDES, 2006, p. 53). É sobre esse contexto se insere um dos principais conceitos trazidos por Ball, que consiste na compreensão de que as políticas não são simplesmente implementadas, elas passam por interpretações e são recriadas.

As políticas no contexto da prática são um processo de interpretação e criatividade que são compostas por valores locais e pessoais (MAINARDES e MARCONDES, 2009, p. 306). Ball (2006) esclarece que

As políticas normalmente não nos dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas particulares ou efeitos são estabelecidos. Uma resposta ainda precisa ser construída no contexto, contraposta ou balanceada por outras expectativas. Tudo isso envolve

algum tipo de ação social criativa. É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade da peça apenas toma vida quando alguém as representa (BALL, 2006, p. 26).

Nesse sentido, Ball denomina de atores os sujeitos envolvidos no processo e implementação de uma política. Isso porque, nas variadas formas em que as políticas são interpretadas e materializadas, os sujeitos envolvidos “têm o controle do processo e não são “meros implementadores” das políticas” (MAINARDES, 2018, p. 5) e esses sujeitos trazem “suas próprias experiências, seus ceticismos e suas críticas para aceitar o que eles veem/leem/são expostos e irão ler as políticas a partir de suas identidades e subjetividades” (HALL, 1997, apud BALL et al, 2016, p. 30).

Essa abordagem contribui significativamente com essa pesquisa à medida que “nos ajuda a compreender o movimento pelo qual as políticas fluem” (VELLOSO, 2010, p. 21), abrangendo a multiplicidade dos espaços, processos e atores que articulam, elaboram, implementam e dão sentido a elas. Dessa forma, ela também se configura em uma forma consistente de pensar, teorizar e pesquisar política educacional, considerando sua natureza complexa e controversa, além de considerar “os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local” e indicar “a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais” (MAINARDES, 2006, p. 49).

Procedimentos metodológicos e dados coletados

A pesquisa qualitativa está sendo desenvolvida com o pressuposto do caráter descritivo, a compreensão e o significado do seu objeto de estudo, que diferentemente da pesquisa quantitativa, não emprega necessariamente dados estatísticos para a análise de seus dados. Segundo Silva e Menezes (2001) a abordagem qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (p. 20).

Tendo em vista que o objetivo é compreender as implicações do programa Residência Pedagógica num subprojeto específico, realizado numa escola específica, envolvendo os sujeitos que se inserem nesse contexto, em determinado período de

tempo, a investigação se configura como um estudo de caso com característica histórica interpretativa. Isso porque estuda um projeto já realizado, após o fato ter se desenvolvido, porém ainda vivo para os participantes.

O campo se constitui no contexto do subprojeto de Música realizado pelo Curso de Licenciatura em Educação Musical da UEM, que teve como escola-campo o Colégio Estadual Jardim Independência.

A compreensão dos resultados e dos impactos do programa na realidade da escola investigada se dará a partir da análise das concepções e percepções dos indivíduos que o vivenciaram e também das falas daqueles que atuaram na implementação da política e traduziram o texto político em consonância com as condições materiais do espaço e do tempo em que esta se efetiva.

Assim, estão entre os participantes: as professoras orientadoras da Instituição de Ensino Superior no subprojeto; as professoras orientadoras do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Musical da IES; os acadêmicos, residentes de Música que participaram do subprojeto; a diretora e vice-diretor, assim como as pedagogas e professores da escola-campo (que embora não fossem integrantes do subprojeto “Música”, participaram e se envolveram de alguma forma nas ações promovidas pelo programa), as professoras preceptoras do subprojeto e também as professoras das turmas de educação especial da escola-campo. Estas últimas se envolveram no programa, pois tiveram uma participação ativa ao receber e acompanhar a atuação dos residentes em suas turmas e junto aos seus alunos.

Também integro o contexto que essa pesquisa se propõe investigar, uma vez que, no período de realização do subprojeto eu atuava como professora orientadora da disciplina da graduação, Estágio Curricular Supervisionado, e também fui preceptora, pois a escola-campo é o local onde sou professora efetiva da disciplina Arte desde o ano de 2016. Durante o programa, acabei por cumprir o papel de mediar a interação entre os dois contextos educacionais (escola e universidade) de forma mais intensa, por ser um “elo” entre as duas realidades. Nesse sentido, pude ter uma posição distinta de observação e atuação no subprojeto “Música” tanto na IES, quanto na escola-campo.

Já foi realizado um questionário com os residentes que participaram do programa,

elaborado com perguntas fechadas e abertas. As questões abordaram a participação e atuação dos acadêmicos, suas percepções sobre o colégio e comunidade escolar, suas avaliações sobre as ações promovidas no programa e os resultados delas no contexto de prática.

O questionário foi enviado aos 21 (vinte e um) residentes de música que atuaram no programa, dos quais obtive resposta de 17 (dezesete). Desses, 8 (oito) residentes estiveram no programa por um semestre, se desvinculando após esse período devido sua conclusão do curso de licenciatura ou a um vínculo empregatício que culminou em sua saída. Do restante dos respondentes 3 (três) entraram no programa no início de 2019, participando então de dois semestres, e 7 (sete) atuaram integralmente no programa, do seu início, em agosto de 2018, ao fim, em janeiro de 2020.

A análise inicial das respostas dos residentes ao questionário tem contribuído para compreender de que forma as ações planejadas no subprojeto foram efetivadas na escola, quais foram os desafios para sua realização e efetivação, como a comunidade escolar recebeu e interagiu de diferentes formas com os residentes e com as ações promovidas e quais foram os resultados/impactos percebidos por eles durante a atuação no programa.

Com os demais participantes da pesquisa estou realizando entrevistas semiestruturadas com o objetivo de favorecer uma relação intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado e por meio de trocas verbais e não-verbais, “permitir uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais” (FRASER e GONDIM, 2004, p. 140). Devido a pandemia em consequência do vírus COVID-19, em que estamos vivenciando um momento de isolamento social, essas entrevistas têm se realizado sumariamente por videoconferências. Até o momento, foram entrevistados(as): diretora, vice-diretor, duas professoras preceptoras, duas pedagogas e quatro professoras da educação especial do colégio que tiveram expressivo contato com os residentes e com as ações promovidas pelo programa.

Considerando a minha relação e atuação com e no programa, apresentarei um memorial. De acordo com Prado e Soligo (2003), “o memorial é um texto em que o autor 'faz um relato de sua própria vida, procurando apresentar acontecimentos a que confere o

status de mais importantes, ou interessantes, no âmbito de sua existência” (PRADO; SOLIGO, p. 6, 2003). Nele o autor narra as suas memórias, acerca de assuntos diversos, registrando partes essenciais de uma questão, utilizando a linguagem escrita. O memorial se encontra em processo de escrita e tem como objetivo narrar minhas perspectivas enquanto orientadora de estágio da IES e professora preceptora da escola-campo, oportunizando reflexões sobre as mesmas e se constituindo em dados para esse estudo.

Considerações finais

A pesquisa em andamento apresentada nesse artigo tem como pressuposto que políticas e programas educacionais nem sempre se efetivam na prática tal como são idealizados nos discursos e documentos oficiais. Elas são colocadas em ação “em condições materiais, com recursos variados, em relação a determinados ‘problemas’. As políticas são definidas contra e ao lado de compromissos, valores e formas de experiência existentes” (MAINARDES, 2018, p. 5). Assim, elas se viabilizam de acordo com sua incorporação nos contextos práticos e se não forem assumidas como significativas e nem reapropriadas de alguma forma nos mesmos, “esses programas podem não alcançar os resultados almejados” (QUEIROZ e PENNA, 2012, p. 101).

O Programa Residência Pedagógica faz parte de uma política educacional nacional que propõe, entre outras coisas, promover um “trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica” (BRASIL, 2014, p. 1). Nesse sentido, ao avaliar programas como esse, é importante refletir tanto sobre sua influência e resultados na formação de professores, quanto sobre sua influência e resultados na educação básica, buscando assimilar quais demandas são/foram atendidas e como.

E, para compreender se o almejado é ou não alcançado, a realização de análises e pesquisas são fundamentais. E tais análises não podem ser desvinculadas do contexto de prática, pois uma política educacional é também “uma política cultural e elas são melhor compreendidas quando não se limitam aos textos escritos, mas quando compreendem a multiplicidade de espaços, agências e atores que irão contribuir para conferir-lhes sentido” (VELLOSO, 2010, p. 23). Cada contexto em que o Programa Residência Pedagógica se realiza

é único e tais singularidades influenciam na forma como as ações se efetivam e em seus resultados. Nesse sentido, também é diferente as demandas de cada espaço e tempo em que o programa é implementado.

Cabe analisar e refletir a participação da área de Educação Musical no PRP, considerando a formação dos educadores musicais e, sobretudo, o que se refere ao desenvolvimento do ensino de música para as escolas em que se realizou. Para Penna e Queiroz (2012), é importante para a educação musical “conhecer, participar e se adequar aos programas e ações de políticas públicas existentes” (PENNA e QUEIROZ, 2012, p. 101), mas também ter uma visão crítica e contextual das mesmas, “para propor e articular novos rumos para a educação musical nesse contexto” (PENNA e QUEIROZ, 2012, p. 101).

Dessa forma, é fundamental que educadores musicais estudem e compreendam as políticas educacionais que definem e influenciam em nosso campo de atuação, compreendendo como elas se formam, como se efetivam, como se transformam e que potenciais elas possuem em seu contexto de prática. Assim, teremos mais possibilidades de atuar nelas e a partir delas.

Referências

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 6, n. 2, 2006, p. 10-32. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 12/10/2019.

BALL, Stephen J; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BEINEKE, Viviane. Teoria e prática pedagógica: encontros e desencontros na formação de professores. *Revista da ABEM*. Vol. 9, n. 06. 2001. p. 87-95. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/445/372>>. Acesso em: 18/03/2019.

BEINEKE, Viviane. Políticas públicas e formação de professores: uma reflexão sobre o papel da universidade. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 10, 2004. p. 35-41. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/360/289>. Acesso em: 20/10/2019.

CAPES. *Edital Capes nº 06/2018: Programa Residência Pedagógica*. 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/27032018-Edital-6-Residencia-Pedagogica-Alteracao-II.pdf>>. Acesso em: 20/03/2019.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*. Vol.14, n.28. 2004. p. 139-152. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acesso em: 25/03/2019.

LENDVAI, Noémi; STUBBS, Paul. Políticas como tradução: situando as políticas sociais transnacionais. *Práxis Educativa* (Brasil), vol. 7, núm. 1, 2012, pp. 11-31. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89423377002>. Acesso em: 15/10/2019.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 16, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217>. Acesso em: 10/10/2019.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação & Sociedade*, Campinas. v. 30, n. 106, 2009, p. 303-318.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, 2006, p. 47-69.

NOVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Caderno de Pesquisa*. 2017, vol.47, n.166, pp.1106-1133

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: I – analisando a legislação e termos normativos. In: PENNA, Maura. *Música e seu ensino*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 119-137.

PENNA, Maura. Caminhos para a conquista de espaços para a música nas escolas: uma discussão em aberto. *Revista da Abem*. Vol. 19, p. 57-64. Porto Alegre, 2008.

PENNA, Maura; QUEIROZ, Luiz Ricardo da Silva. Políticas públicas para a Educação Básica e suas implicações para o ensino de música. In: *Revista Educação*, Santa Maria, v. 37, n. 1, 2012, p. 91-106. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3662>. Acesso em: 29/09/2019.

PRADO, G. V. T; SOLIGO, R. *Memorial de Formação: quando as memórias narram a história da formação...* Disponível em: http://www.fe.unicamp.br/ensino/graduacao/downloads/proesf-memorial_GuilhermePrado_RosauraSoligo.pdf>. Acesso em: 20/03/2020.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 13/03/2019.

VELLOSO, Luciana. *Luz, câmera, [multieduc] ação! Práticas docentes, políticas curriculares e as TICs na Rede Municipal do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2010.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina R.; RAMOS, Guilherme da Silva. Impactos das Ações Musicais nos Subprojetos do PIBID/UEGGS. In: 25º Seminário de Arte e Educação, 2016, *Anais...* Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/Anaissem/article/view/400>. Acesso em: 20/10/2019.